

Rompimento com o FMI e o mercado internacional: um cenário

João Arthur Pereira de Mello (*)

No debate sobre a dívida externa brasileira, pouco se tem falado das relações internacionais, intrínsecas em qualquer negociação em que um país soberano esteja envolvido.

Nos empréstimos realizados para o Brasil, bem se sabe, os banqueiros internacionais correram riscos avultados, correspondentes aos diferenciais, certamente bastante remuneradores, que cobravam. O confronto do perfil dos vencimentos dos débitos brasileiros com o perfil da captação dos bancos certamente revelará uma defasagem apreciável. Era portanto necessário um dinamismo crescente, à medida que os empréstimos se alongavam e as captações dos bancos cingiam-se a recursos de curto e médio prazos, especialmente os petrodólares. Enquanto a confiabilidade foi mantida, tudo correu bem. Mas vários fatores começaram a desestabilizar o sistema.

Os problemas de caixa do emissor da moeda de troca internacional, o dólar americano, aumentavam o declínio do valor da sua moeda em relação ao iene japonês e às moedas europeias e importavam inflação. As estruturas produtivas também já não acompanhavam o ritmo de crescimento econômico e de incorporação de novas tecnologias. Na urgência de fazer algo e pressionado a não adotar medidas fiscais deflacionárias, sobrou ao governo americano, como instrumento americano, como instrumento de financiamento de seus déficits, a política monetária. As taxas de juros crescentes oferecidas pelo Tesouro atraíram investidores, sobrando menos dólares no mercado para outros tomadores, acrescidos de juros básicos jamais vistos, que nos levaram a pagar mais de 20% ao ano pela remuneração do capital no mercado internacional.

Como se não bastasse os aumentos do custo do dinheiro, a reorganização da capacidade produtiva dos países desenvolvidos e a

queda de produtividade geraram desemprego massivo. Na tentativa de preservar atividades menos competitivas, erigiram-se barreiras alfandegárias crescentes e abrangentes. Tal protecionismo foi fatal ao País, iniciante que é na arte de competir no mercado exterior. A par disso e de proporções mais graves no curto prazo, veio o segundo choque do petróleo, em 1979, que fez crescer mais ainda as necessidades de aportes externos. Apesar de não ser o escopo desse artigo, não parece ser impertinente que se investigue o que foi feito dos recursos tomados, muito menos o porquê do nosso retardado em responder à situação petrolifera, seja alterando a estrutura de transportes do País, seja acelerando a produção de combustíveis alternativos.

Defrontamo-nos agora com uma dívida, segundo alguns, em ambos os sentidos da palavra, impagável. Aos que alegam que o rompimento com o mercado internacional é a opção, deve ser lembrado que estamos no planeta finito Terra, e é óbvio que o confisco que pretendemos não será assimilado sem traumas. Por outro lado, os que advogam nossa aceitação pura e simples dos termos das propostas do FMI e dos banqueiros internacionais, para evitarmos represálias, desconhecem o princípio da soberania; em outras palavras, e em última análise, só se cobra um país inadimplente através do uso da força armada. Assim, qual seria o cenário da aceitação de uma ou de outra proposta? É o que veremos a seguir.

A ruptura com o sistema financeiro terá consequências. Deixaremos, em 1984, de pagar US\$ 18 bilhões entre juros e amortizações; teremos um saldo positivo previsto de US\$ 8 bilhões na balança comercial, da qual se deve subtrair déficit de US\$ 5 bilhões nos serviços, e, sem incluir os juros e admitindo-se zeradas as entradas líquidas de capitais, nos sobrarão US\$ 3 bilhões. Das exportações, até 12% poderemos perder, em razão das dificuldades em importar, para que equilibremos os pagamentos. No plano interno, o racionalamento de petróleo não é inevitável, à medida que

este e outros pagamentos são feitos hoje a vista ou com prazos extremamente curtos. A importação de alimentos é conjuntural, exceto o trigo. Este pode ser substituído pelo trigo nacional ou por outros cereais, especialmente dos cerrados, que, por sua potencialidade, foram inclusive alvo de preocupação recente do secretário de Agricultura dos Estados Unidos. As vendas tradicionais teriam de ser adaptadas para evitar confisco dos créditos, mas a indispensabilidade desses produtos para o equilíbrio do mercado mundial (café, cacau, soja) garantiria a sua colocação. O congelamento de ativos fixos e financeiros do Brasil junto aos países credores, bem como a apreensão de navios e aviões de bandeira brasileira, é uma possibilidade real. Há de se considerar que a retaliação brasileira também é possível, diante da existência de ativos das empresas e bancos estrangeiros no Brasil. A hipótese de os depositantes

dos petrodólares boicotarem o Brasil é remota e inconsistente, por quanto o Brasil negociou os empréstimos com os bancos e não com os países da OPEP, que no plano político também precisam do apoio brasileiro nos organismos multilaterais, em razão dos conflitos no Oriente Médio.

A nível interno, a substituição energética pode ser feita a médio prazo pela eletricidade — no caso das indústrias — e, a curto prazo, por biomassa, no caso dos transportes rodoviários. A inflação gerada pelo impacto das modificações nas relações comerciais e financeiras externas não seria a níveis diferentes dos de agora. Assim, o risco que se corre internamente é bem menor do que se imagina, por quanto somos uma economia quase autárquica, de diversificação e complexidade razoáveis. Isto não exclui o fato de que devemos ter como meta permanente a substituição das importações, pelo menos na viabilização técnica, não só para aten-

der à demanda civil, mas também, e principalmente, para garantir às Forças Armadas brasileiras a capacidade de durar em combate, em vista das hipóteses de guerras previsíveis.

Não se pense que a visão aqui descrita se concretizará com facilidade e correrá sem percalços. Não se tomam atitudes desse quilate sem uma reorientação política e moral da Nação. Mister se faz que tenhamos não só as classes empresariais do País dando o suporte indispensável ao governo, mas também toda a Nação. Precisamos também propor pagar. Pagar em trinta anos, com dez de carência e 6% de juros ao ano, o que é possível, razoável e factível. Até mesmo a História do Brasil pode nos ensinar como collocar os termos de negociação entre um país soberano e seus credores. Tomadas no seu devido contexto, época e extensão, as lições históricas são sábias.

Era outubro de 1893, e o Brasil se via assaltado por uma revolução — a Federa-

ralista — e uma revolta — a da Armada. A pretexto de pacificarem o País, França, Inglaterra, Portugal e Itália enviaram fragatas, que ficaram ao largo da baía de Guanabara. Os comandantes das forças-tarefa pediram ao embajador inglês para sondar o presidente da República de como receberia a intervenção. Floriano Peixoto, caboclo alagoano, infante curtido pela guerra do Paraguai, na qual chegou a comandar corvetas, respondeu simplesmente: "A bala". Comprou mais navios de guerra, afastou os potenciais invasores, pacificou a Armada e liquidou a Revolução Federalista. Consolidou a República.

Falta nas mesas de negociação um pouco do espírito de Floriano, para manutenção de nossa dignidade e sobrevivência soberana.

(*) Economista, mestre pela Universidade de Londres, diretor executivo da Associação Brasileira dos Exportadores de Cacau, em Salvador.